

Manifesto Rompendo com o silêncio inconveniente – um ano de massacre do povo palestino

No dia 21 de outubro de 2024, diferentes organizações religiosas ecumênicas, inter-religiosas e de direitos humanos do Brasil e outros países latino-americanos, reuniram-se em caráter online para conversar com lideranças religiosas palestinas sobre as consequências e os desafios causados pela expansão colonialista sobre os territórios palestinos e sobre o Líbano.

Inicialmente, o Estado de Israel justificou a incursão sobre Gaza como retaliação aos ataques provocados pelo grupo Hamas à base de Nahal Oz, em Israel, que ocasionaram 1.200 mortes e o sequestro de 240 pessoas israelenses. Mortes estas que condenamos. No entanto, após um ano de violência, que levou à destruição de Gaza e provocou a morte de mais de 42 mil pessoas palestinas, destas 44% crianças e 24,4% mulheres, além de obrigar o deslocamento de 2,1 milhão de pessoas, suspeitamos que o intuito do atual governo de Israel e das potências imperialistas que o apoiam é forçar o deslocamento da população palestina para a posterior anexação do território palestino.

Estamos diante de um processo de limpeza étnica sem precedentes e nosso compromisso como organizações ecumênicas, inter-religiosas e de direitos humanos é nos somarmos às vozes globais que têm se manifestado pelo fim do genocídio do povo palestino e seu direito ao território e à autodeterminação.

Preocupa-nos a total incapacidade política dos organismos internacionais diante da escalada da violência que se estende para o Líbano e para o Irã. O temor de que a escalada desta guerra se estenda para todo o Oriente Médio deixando a humanidade à mercê de um possível conflito nuclear é real. A

recente ação do governo de Israel em declarar como *persona non grata*, o secretário geral da ONU, Sr. Antônio Guterres, é um indicador do quanto a sociedade global está refém dos desejos e ambições do regime de Apartheid de Israel. Da mesma forma, chamamos a atenção para a inoperância e falta de vontade política do governo de Israel na busca de negociação para a libertação dos reféns israelenses, conforme denunciado pelas famílias destes reféns.

Israelenses, palestinos, libaneses, iranianos, sírios têm o direito de viver em paz, portanto é urgente o fim das hostilidades, a retomada das negociações diplomáticas e o cessar fogo.

Urge que ampliemos as vozes e as pressões para que o Conselho de Segurança da ONU seja reformado a fim de manter-se coerente com o seu mandato de garantir a paz e a segurança internacional.

Louvamos o parecer do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) que declarou como ilegal a ocupação dos territórios palestinos por Israel. No entanto, compreendemos que é importante que se criem mecanismos para que pareceres relevantes como este possam ter consequências concretas no direito ao território do povo palestino.

Destacamos as importantes decisões de governos latino-americanos que romperam relações diplomáticas com Israel como forma de pressionar pelo fim do genocídio.

É urgente que organizações de direitos humanos, ecumênicas e inter-religiosas assumam que a Palestina, há mais de setenta anos, vive sob condições de Apartheid. Da mesma forma, cabe-nos somar nossas vozes às denúncias de genocídio e reivindicar a responsabilização de todos os governos cúmplices deste massacre.

Por fim, desafiamos as igrejas do Ocidente a reverem suas hermenêuticas bíblicas que reforçam e legitimam a ideologia sionista, racista e supremacista. A gravidade do que ocorre na Palestina coloca em suspeição alguns dos principais conceitos hermenêuticos e teológicos dentre os quais se destaca o direito de um povo escolhido a uma Terra Prometida por Deus. Esta chave de interpretação bíblica, ao longo dos séculos, alicerçou as expansões colonialistas, inclusive na América Latina.

O silêncio em torno do massacre palestino cobrará respostas no futuro.

Rompamos com o silêncio inconveniente!

Organizações cristãs que assinam:

Aliança de Batistas do Brasil

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho

Coordenadoria Ecumênica de Serviço- CESE

Fórum Ecumênico ACT-Brasil

Serviço de Paz, SERPAZ - São Leopoldo

Red CLAI - Red del Consejo Latinoamericano de Iglesias

Organizações de direitos humanos:

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos

INESC - Instituto de estudos socioeconômicos

Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político